



# AMAPARI ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.815.601/0001-64

Considerando o atendimento da CPC 27, foram procedidos ajustes em 2010 na depreciação dos bens, tendo como base para considerar a vida útil dos mesmos, a vigência da Resolução Autorizativa da ANEEL nº 1369/2008, que no seu artigo 6º determina um prazo de 29 anos. Desta forma, os itens com taxa de depreciação pela Resolução ANEEL nº 367/2009, de valor inferior a 3,4% a.a., foram ajustados para esta taxa em linha com a autorização concedida pela agência reguladora e os termos da CPC em questão.

Licenças de informática	
<b>11. Intangível</b>	
<b>Custo</b>	
Saldo em 1º de janeiro de 2010	612
Saldo em 31 de dezembro de 2010	612
Saldo em 1º de janeiro de 2011	612
Adição	75
Saldo em 31 de dezembro de 2011	687
<b>Amortização</b>	
Saldo em 1º de janeiro de 2010	(132)
Adições	(126)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(258)
Saldo em 1º de janeiro de 2011	(258)
Adições	(130)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(388)
<b>Valor contábil</b>	
Em 31 de dezembro de 2010	354
Em 31 de dezembro de 2011	299
<b>12. Diferido</b>	
2011	2010
Pessoal	441
Serviços prestados por terceiros	2.693
Tributos	32
Encargos financeiros	6.329
Aluguel	406
Seguros	316
Material	25
Outros	162
Amortização (a)	(4.712)
	5.692

(a) A Cia. iniciou suas operações em 2008 e o ativo diferido será amortizado no prazo de 7 anos, período do contrato de fornecimento de energia firmado com o único cliente da Cia..

13. Fornecedores. O passivo da Cia. com seus fornecedores está composto como segue:	
2011	2010
BR Distribuidora (a) (b) (c)	38.876
Outros fornecedores nacionais	2.877
Fornecedores estrangeiros	6
	476
	41.759
	25.162

(a) Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7, a Cia. registrou no exercício de 2011 uma provisão referente à diferença entre a quantidade adquirida e a quantidade mínima obrigatória decorrente do contrato com obrigação de aquisição ("take or pay") com a BR Distribuidora S.A., em contrapartida do estoque, no montante de R\$ 6.614. A Cia., tem praticado a glosa no pagamento do faturamento do diesel fornecido pela BR Distribuidora S.A. decorrente da diferença de preço com o valor considerado pela ANEEL, para reembolso desse mesmo combustível, no caso a tabela de pesquisa de preço feita pela ANP. A prática tem sido mantida mesmo após a publicação da Resolução 427/2011, visto que a cobrança da diferença de preço repassada à Anglo Ferrous, também tem sido passível de glosa por esta última. Em 31/12/2011, esse valor equivale ao montante de R\$ 35.794. (c) A Cia. registrou no exercício de 2011 uma provisão referente à multa de 2% e ao juros de 1% a.m. pro rata, de acordo com os termos do contrato de fornecimento de combustível assinado com a BR Distribuidora S.A., sobre o valor glosado no pagamento da BR. Em 31/12/2011, esse valor equivale ao montante de R\$ 3.083.

**14. Provisão para P&D.** O Programa de Pesquisa & Desenvolvimento foi criado pela Lei nº 9.991/00, com o objetivo de apoiar esforços voltados para a inovação tecnológica no Brasil, estimulando a criação e a perpetuação de conhecimento no setor de energia elétrica. No ano de 2008, a ANEEL revisou o Manual de P&D, definindo as novas regras de aplicação obrigatória de recursos pelas concessionárias, conforme Resolução Normativa nº 316/08. E determinou também que as concessionárias definissem um Plano Estratégico de Investimento em P&D para um horizonte de 5 anos, num prazo de 180 dias a contar da data de publicação do referido Manual (Maio 2008). A base de cálculo para o P&D é a ROL (Receita Operacional Líquida), sendo a alíquota de incidência de 1%, com a seguinte destinação do recurso, 40% para o FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia), 20% para o MME (Ministério de Minas e Energia) e 40% para que a empresa invista em um projeto tecnológico na área de energia, no caso de atraso na transferência ou uso do recurso, incide multa de 2% e juros de 1% a.m. pro rata e a correção com base na SELIC para os valores de investimento da Cia.. A provisão da Cia. para P&D está composto como segue:

2011		2010	
FNDCT	12	376	
MME	6	188	
Recursos Empresa	791	521	
	809	1.085	
<b>15. Impostos e contribuições a recolher</b>	2011	2010	
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	1.615	20	
Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL	2.297	37	
ICMS	34	(67)	
PIS, COFINS, IRRF e CSL	618	639	
Outros	70	108	
	4.634	737	

Para os exercícios de 2011 e 2010, a Cia. decidiu utilizar como opção a tributação pelo Lucro Real, em 31/12/2011 e 2010, os tributos calculados sobre o lucro líquido ajustado compreendendo o IRPJ (alíquota de 15% e adicional de 10%) e a CSLL (alíquota de 9%). A Cia., em 21/12/2010, foi enquadrada através do Laudo nº 078/2010, no incentivo fiscal regional da área da SUDAM, fundamentado no Artigo 1º, da Medida Provisória nº 2.199-14/2001, com redação dada pelo Art. 32 da Lei nº 11.196/2005; Decreto nº 4.212/2002 e alterações posteriores e conforme os Art. 5º, e 13º. Do Regulamento de Incentivos Fiscais Administrados pela SUDAM - RIFAS, aprovado pela Resolução CONDEL/SUDAM nº 20/2010. Passando assim a ter direito à redução do Imposto sobre Renda e adicionais não-restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, em 75% do valor apurado. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

2011		2010	
Lucro líquido do exercício antes do IRPJ	25.233	413	
Adições	2	360	
Exclusões	-	-	
Lucro tributável para fins de imposto de renda	25.235	773	
Imposto de renda federal pela alíquota oficial (15% mais 10% para o lucro tributável que exceder a R\$ 240)	6.164	169	
Redução Benefício SUDAM - 75% IRPJ (Base LE)	(4.718)	-	
<b>Total do efeito do imposto no resultado</b>	1.446	169	
Alíquota Efetiva	5,73%	40,92%	
<b>Contribuição social lucro líquido</b>	2011	2010	
Lucro líquido do exercício antes do IRPJ	25.233	413	
Adições	-	270	
Exclusões	-	-	
Lucro tributável para fins de contribuição social	25.331	683	
CSLL à alíquota nominal (9%)	2.271	61	
<b>Total do efeito do imposto no resultado</b>	2.236	61	
Alíquota efetiva	8,86%	14,77%	

**16. Partes relacionadas.** Os principais saldos de ativos e passivos em 31/12/2011 e 2010, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Cia. com seus acionistas, com empresas ligadas e profissionais-chaves da administração. **Acionistas.** A Cia. possui como controladora a MPX Energia S.A. e como acionista não controlador a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte. **Empresas ligadas.** Por parte do acionista MPX Energia S.A., a Cia. possui como principais empresas ligadas: EBX Investimentos Ltda., OXG Petróleo e Gás Participações S.A., LXL Logística S.A. e MMX Mineração e Metais S.A. O acionista Eletronorte é uma subsidiária da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás. Os saldos de ativos e passivos em 31/12/2011 e 2010, relativos a operações com partes relacionadas, estão representados da seguinte forma:

2011		2010	
<b>Ativo circulante:</b>			
Reembolso de remuneração paga aos administradores (a):	-	337	
Relacionada MPX Energia S/A	-	165	
Relacionadas Eletronorte	-	502	
	2011	2010	
<b>Passivo circulante:</b>			
Serviços realizados pela empresa ligada EBX Investimentos Ltda. (b)	33	38	
<b>Passivo não circulante:</b>			
Mútuo com controladora MPX Energia S.A. (c):	-	9.918	
	33	9.956	

Os saldos de resultados em 31/12/2011 e 2010 relativos a operações com partes relacionadas estão representados da seguinte forma:

Resultado partes relacionadas:		2011		2010	
EBX Investimentos Ltda. (b)		373	312		
MPX Energia S.A. (d)		721	2.229		
		1.094	2.541		

(a) Refere-se a valores devidos pelos acionistas, por entendimento entre estes e os administradores que a partir de maio de 2010 até dezembro de 2010, os últimos tiveram 50% da sua remuneração paga pelos sócios, MPX Energia S.A. e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A., passando a partir/01/2011 a não ter mais remuneração, posição mantida ainda em 31/12/2011. (b) Refere-se a valores devidos pela Cia. à empresa ligada EBX Participações Ltda., referente ao compartilhamento de recursos administrativos. Durante o exercício findo em 31/12/2011, tais despesas totalizaram R\$ 373. (c) Mútuo celebrado com a MPX Energia S.A., sujeito a juros mensais compatíveis com taxas de mercado (101% do CDI) e com prazo indeterminado de vencimento. Em 31/12/2011 o efeito no resultado é de R\$ 721 (R\$ 2.229 em 31/12/2010). Adicionalmente no decorrer do ano de 2011 a Cia. efetuou pagamentos no montante total de R\$ 9.918 e liquidou o saldo em aberto. (d) Refere-se à despesa de juros sobre mútuo.

**17. Contingências.** A Cia. não é parte de ações judiciais cíveis, trabalhistas e tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável de perda, e consequentemente não constituíram provisão para contingências. A Cia. é parte de ações judiciais cíveis e trabalhistas, no montante de R\$ 588, avaliado pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível de perda, para as quais a Administração julga não ser necessária a constituição de qualquer provisão. As principais causas cuja classificação é possível de perda são as seguintes: **a.** Ação trabalhista onde o autor alega que acumulava a função de eletricitista e de serviços de limpeza, razão pela qual requer plus salarial. **b.** Ação trabalhista onde o autor dentre outros pedidos, pugna pelo pagamento de adicional de sobreaviso e horas extras. **c.** Ação trabalhista onde o autor pleiteia equiparação salarial, Horas extras, Horas in itinere - Indenização, Intervalo intrajornada de trabalho, Multa 40% do FGTS, Multa art. 467 (Verbas incontroversas), Multa rescisória (art. 477), Reflexos Decorrentes das Horas Extras, Sobreaviso. **d.** Ação trabalhista onde o autor dentre outros pedidos, pugna pelo pagamento de Adicional Noturno, Horas extras, Horas in itinere - Indenização, Multa rescisória (art. 477), Reflexos Decorrentes das Horas Extras. **e.** Ação trabalhista onde o autor dentre outros pedidos, pugna pelo pagamento de Adicional Noturno, Adicional de periculosidade, Diferença salarial, Salário in natura/utilidade. Valor: R\$ 53.

**18. Patrimônio líquido. a. Capital social.** O capital social da Cia., em 31/12/2011 e 2010, corresponde a R\$ 84.761, sendo composto por 84.761.451 ações ordinárias, assim distribuídas:

Acionistas		2011		%		2010		%	
MPX Energia S.A.		43.228.340	51,00	43.228.340	51,00				
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte		41.533.111	49,00	41.533.111	49,00				
		84.761.451	100,00	84.761.451	100,00				

**b. Dividendos.** A Cia. apurou lucro no exercício findo em 31/12/2011, desta forma foi constituída uma provisão de dividendos a distribuir, contemplando 25% do lucro líquido ajustado, equivalentes ao montante de R\$ 4.631. Sendo o estatuto da Cia. omisso quanto ao valor a ser pago, a Cia. deverá observar as disposições do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, que determina que nestas circunstâncias a assembleia-geral deve deliberar alterá-lo para introduzir norma sobre a matéria, onde dividendo obrigatório não poderá ser inferior a 25% do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I deste artigo. **c. Reserva Legal.** A Cia. apurou lucro no exercício findo em 31/12/2011, constituindo a partir deste Reserva Legal, conforme previsto no Art.193 da Lei nº 6.404/76, devendo a mesma ser constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, equivalendo ao montante de R\$ 1.077, este valor é constituído obrigatoriamente, pela Cia., até que seu valor atinja 20% do capital social, quando então deixará de ser acrescida. O uso da Reserva Legal está restrito a compensação de prejuízos e ao aumento de capital social de acordo com o parágrafo único do Art. 189 da Lei nº 6.404/76. **d. Reserva de incentivo fiscal.** A partir do disposto na Lei Complementar 124/2007 e no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do Art. 21 do Decreto nº 6.218/2007, a Cia. utilizou o Laudo Constitutivo nº 078/2010 para efetuar redução de 75% do Imposto de Renda sobre a renda e adicionais não-restituíveis, calculados com base no lucro da exploração. Dessa forma, no exercício findo em 31/12/2011, foi constituída reserva de capital no valor de R\$ 4.718 (R\$ 127, em 31/12/2010). **e. Reserva de dividendo adicional proposto.** A proposta de dividendos relativa ao exercício de 2011 sujeita a aprovação dos sócios, considerou o saldo de lucros a distribuir para fins de determinação do dividendo adicional proposto, como segue:

2011		2010	
Lucro líquido do exercício	21.551		
Constituição de reserva legal	(1.078)		
Constituição de reserva de incentivos fiscais	(4.718)		
Prejuízos acumulados	(3.021)		
Dividendo mínimo obrigatório	(4.631)		
Saldo de lucros a distribuir	8.096		
Dividendo adicional proposto	8.096		

A parcela de R\$ 8.096 foi classificada no patrimônio líquido, como dividendo adicional proposto, conforme Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC nº 8.

**19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos.** A Cia. mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Cia. não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Cia.. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Cia. foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. **Instrumentos financeiros derivativos e não-derivativos.** O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros não derivativos contratados assim como os respectivos valores justos calculados pela Cia.. Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado se aproximam dos valores de mercado.

	2011			2010		
	Valor justo amortizado	Custo	Total	Valor justo amortizado	Custo	Total
<b>Instrumentos financeiros Ativos</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	31.322	- 31.322	535	-	-	535
Contas a receber de clientes	-	10.641	10.641	-	3.434	3.434
Subsídio a receber CCC	-	29.445	29.445	-	28.808	28.808
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	-	-	502	502
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	-	41.759	41.759	-	25.162	25.162
Partes relacionadas	-	33	33	-	9.956	9.956
Antecipação de subsídios a receber - CCC	-	8.351	8.351	-	-	-

**a. Caixa e equivalentes de caixa.** Os saldos em conta-corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, o valor de mercado foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos em 31/12/2011 e 2010. As aplicações financeiras são mantidas em fundo exclusivo administrado por instituição financeira e lastreadas em títulos públicos federais e títulos privados ("CDB") de instituições financeiras de primeira linha e títulos privados (Debêntures) emitidos por empresas e instituições financeiras com rentabilidade média pouco superior ao DI CETIP ("CDI"). Estes saldos estão classificados como valor justo através do resultado, conforme CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração, aprovado pela Deliberação CVM nº 604/09. **b. Contas a receber de clientes e subsídio a receber - CCC.** Estes saldos estão classificados como empréstimos e recebíveis e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, conforme CPC38. **c. Fornecedores e antecipação de CCC.** Estes saldos estão classificados como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, conforme CPC38. **d. Transações com partes relacionadas.** Estes saldos estão classificados como ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, conforme CPC38. Em 31/12/2011 e 2010, a Cia. não possuía operação com derivativos. **Gerenciamento de Riscos.** As operações da Cia. estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: **Risco de crédito.** Decorre da possibilidade da Cia. sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Cia. adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como acompanhamento permanente das posições em aberto.

Quadro de risco de crédito		2011		2010	
Caixa e equivalentes de caixa		31.322	535		
Contas a receber de clientes		10.641	3.434		
Subsídio a receber - CCC		29.445	28.808		
		71.408	32.777		

A Cia. adota ainda como prática a análise de *rating* das instituições financeiras participantes do sistema bancário brasileiro, por intermédio de relatórios de crédito disponibilizados pelo "Sistema de Classificação de Risco Bancário" - *Risk Bank*, que tem por objetivo classificar e acompanhar sistematicamente o risco e o desempenho de cada banco. Visando gerenciar o risco em níveis adequados, a Cia. adota uma política corporativa de alocação criteriosa de seu caixa em instituições financeiras de primeira linha, respeitando-se limites percentuais de aplicação por instituição e limites percentuais em relação

**Diretoria:** Guilherme Penteado - Presidente; Alexandre da Costa Prata - Diretor Financeiro; Alcides Sotério de Oliveira - Diretor Técnico  
**Conselho de Administração:** Marcus Brend Temke, Rudolph Inhs, Paulo Roberto Bade, Ricardo Gonçalves Rio, Antonio Maria Amorim Barra  
Claudio Luis Pita de Oliveira - Contador - CRC nº 106265/O-8

ao patrimônio líquido destas instituições, adotando inclusive uma postura mais defensiva do que aquela sugerida pelo *Risk Bank*.

Quadro de classificação de risco "IndiceRiskbank"		RANK GERAL	
INDICE RISK-			
Banco	bank®	Classif.Risco	Porte
ITAU	11,92	Baixo Risco Para Longo Prazo	Grande
BRASESCO	11,61	Baixo Risco Para Longo Prazo	Grande
BANCO DO BRASIL	10,34	Risco Federal	Grande
			dez/11
			dez/10

(1) O *Riskbank®* é uma associação de técnicas de análise de balanço estatísticas com o conhecimento do funcionamento e das características operacionais das instituições financeiras. (2) Dados apresentados com defasagem de três meses. **Risco de liquidez.** Risco de liquidez é o risco de que a Cia. poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Cia. na administração da liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar sua reputação e a do grupo. Os valores reconhecidos em 31/12/2011, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros, sendo o montante de caixa disponível suficiente para cobrir essas obrigações, se apresentam conforme quadro abaixo:

31/12/2011		31/12/2010	
Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	41.759	-	-
Partes relacionadas	33	-	-
Antecipação de subsídios a receber - CCC	8.351	-	-
			Total
			41.759
			33
			8.350

31/12/2010		31/12/2010	
Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	25.162	-	-
Partes relacionadas	38	-	-
Adiantamento de CCC	-	9.918	-
			Total
			25.162
			9.956
			-

**Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro).** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Cia. faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Cia. monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Cia. não identificou riscos de mercado considerados relevantes pela Administração que sejam passíveis de divulgação de análise de sensibilidade nos termos da Instrução CVM 475/08. **Valor justo hierárquico.** Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, sendo que a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativos ou passivos financeiros. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo: **Nível 1:** Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo. **Nível 2:** Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado. **Nível 3:** Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

31/12/2011		31/12/2010	
Ativos	Valor justo	Nível	Total
Caixa e equivalentes de caixa	31.322	2	31.322
			535
			2
			535

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Nível 3 durante o exercício em análise e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo exercício.

**20. Lucro por ação. Lucro básico e diluído por ação.** O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Cia. em 31/12/2011 e 2010 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação conforme o quadro abaixo:

2011		2010	
Ordinárias	Total	Ordinárias	Total
Lucro atribuível aos acionistas controladores	21.551	21.551	183
Denominador básico e diluído:			
Média ponderada de ações	84.761.451	84.761.451	84.761.451
<b>Prejuízo por ação (R\$) - básico e diluído</b>	0,2543	0,2543	0,0022